



A ATUAÇÃO DA CPRM NA PESQUISA DE CARVÃO

Fernando de Britto Dantas

Engenheiro de Minas, assessor do Presidente da CPRM

Como é sabido, o desenvolvimento da civilização no século XIX teve como causa principal a invenção da máquina a vapor e a utilização do carvão como fonte de energia.

Dois novas realizações técnicas surgidas ainda no final do século passado, o gerador de corrente elétrica e o motor de combustão interna, vieram permitir a utilização em larga escala de duas fontes energéticas já conhecidas: a energia hidráulica e o petróleo, este último praticamente inaproveitado até então.

O motor de combustão interna, graças às suas reduzidas dimensões e ao seu relativamente pequeno peso, associados a um elevado rendimento e ao fácil transporte do combustível utilizado, muito rapidamente se impôs, desde o início do século XX, como substituto inigualável da máquina a vapor na geração de força motriz e de energia elétrica, conduzindo à sua aplicação generalizada em todo o mundo. Em consequência, e paralelamente, o consumo de petróleo desde o início do século vem aumentando em progressão geométrica.

Mas, tal como o carvão, o petróleo não é uma fonte de energia renovável, e as reservas recuperáveis atualmente conhecidas deste combustível líquido aproximam-se rapidamente do esgotamento, o que deverá ocorrer dentro de 30 a 40 anos, se se mantiver a atual taxa de aumento de consumo.

No caso do Brasil, onde até agora não se conseguiu encontrar jazidas significativas de petróleo, a busca de fontes alternativas de energia assume importância ainda maior que em outros países.

Desde sua fundação, em 1970, bem antes, portanto, da atual crise do petróleo, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais vem dando ênfase especial à

pesquisa de carvão, por haver sempre entendido que o mesmo tem um grande papel a desempenhar no quadro energético brasileiro.

Por um lado, há possibilidades concretas de aumentar-se substancialmente a produção de energia mediante a construção de novas termelétricas, para as quais se admite carvão com teor de cinzas elevado, como é o nosso.

Além disso, é tecnicamente possível (e certamente será, em breve, comercialmente viável) instalar usinas de conversão para a gaseificação e a liquefação do carvão, com a conseqüente produção de gás, hidrocarbonetos líquidos e produtos petroquímicos. Estes processos foram desenvolvidos na Alemanha durante a 2ª Guerra Mundial e atualmente estão permitindo a implantação de usinas de conversão na África do Sul, país que, devido à sua situação política, não conta com garantias de abastecimento regular de petróleo.

Ademais, a crescente necessidade de redutores para a siderurgia nacional exige a pesquisa de carvão com características coqueificantes, do qual, em 1977, foram efetuadas importações no valor de US\$ 233,7 milhões.

Embora seja fundamentalmente executora da política traçada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), a CPRM sempre procurou sugerir àquele órgão projetos para a pesquisa de carvão, tendo tido, aliás, a maior receptividade.

Dentro dessa diretriz, a CPRM executou para o DNPM, de 1971 a maio de 1979, especificamente para carvão, 952 furos de sondagem, que atingiram um total de 212.600 metros de perfuração. Por outro lado, dentro de suas possibilidades financeiras, realizou também um significativo programa de pesquisas próprias, isto é, por sua conta e risco, o que implicou em mais 74 furos com um total de 18.200 metros.

Vê-se assim que, sem contar trabalhos de geologia, geofísica, análises, etc., foram executados pela CPRM, até maio próximo passado, nada menos que 1.026 furos, que atingiram o expressivo total de 230.600 metros perfurados.

Os frutos desta política foram bastante significativos. Em 1973, as estimativas das reservas nacionais de carvão eram de 3,4 bilhões de toneladas. Em 1979, referidas reservas já eram calculadas em 20 bilhões de toneladas. Desse total, cerca de 6,3 bilhões foram descobertas ou detalhadas através de projetos executados pela CPRM para o DNPM, enquanto outras 3,3 bilhões foram cubadas por intermédio de trabalhos de pesquisa da própria empresa. Observa-se pois que, das 16,6 bilhões de toneladas de aumento das reservas no período 1973-1978, cerca de 9,6 bilhões foram produto de trabalhos realizados pela CPRM.

Tais números, entretanto, não significam que a situação está resolvida, no que se refere a reservas. Há necessidade de encontrar jazidas com melhores condições de mineração, pois parte dos depósitos atualmente conhecidos, embora certamente aproveitáveis no futuro, está a profundidades relativamente grandes. Além disso, certa porcentagem do carvão atualmente disponível apresenta alto teor de cinzas, o que dificulta e encarece o seu beneficiamento.



MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL

Pe. Fernando Bastos de Ávila

*Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social
(IBRADES)*

INTRODUÇÃO

A abordagem do tema dessa comunicação poderia ser feita através de dois métodos. O primeiro consistiria em partir de uma minuciosa análise estatística dos dados disponíveis. O segundo seria tomar, como matéria bruta de uma reflexão teórica, aquilo que chamaria de evidências globais ou obviedades ululantes. Uma série de razões me levaram a optar pelo segundo método, cuja utilização impõe entretanto uma prévia elaboração dos conceitos ou dos instrumentos teóricos de análise.

• Instrumentos conceituais de análise

CONCEITUAÇÃO

Em sentido estrito, a mobilidade social é um fenômeno social caracterizado pelos deslocamentos verticais do potencial humano de um determinado sistema social. O conceito refere-se, pois, a uma imagem estratificada da sociedade dentro da qual existem, numa geologia social bastante simplificada, estratos inferiores, estratos superiores. Vários índices sociais são utilizados para definir esses estratos, que me permito compactar num índice agregado de participação nos resultados criados por um sistema social, ou uma determinada comunidade nacional, como sejam: a participação da renda, nos diversos serviços sociais e culturais, no processo político. Assim, os estratos inferiores seriam compostos pelos contingentes de menor participação, os estratos superiores, pelo contingente de maior participação, mediatizados

pelos contingentes de participação média. Noto que a agregação dos índices não é uma manipulação arbitrária, de vez que existe uma estreita interdependência e correlação entre os diversos níveis de participação econômica, social, cultural e política.

A mobilidade social se caracteriza pois pelos movimentos verticais dos contingentes humanos entre os diversos estratos, implicando, portanto, mudanças de *status*.

Os índices de mobilidade social se referem tanto à velocidade ou lentidão desses deslocamentos quanto ao volume total dos contingentes deslocados.

Obviamente, a mobilidade social se interessa mais diretamente pelos deslocamentos verticais em sentido ascensional, conquanto teoricamente não exclua de seu campo de observação o fenômeno inverso, de decantação social que alimenta os processos de marginalização e pauperização. A mobilidade social, com efeito, é um fenômeno normal de metabolismo social.

No sentido amplo, a mobilidade social incluiria também os deslocamentos horizontais dos contingentes humanos de um sistema social, caracterizados especificamente pelos movimentos migratórios. Tais movimentos só entram na análise que me proponho fazer como um dos possíveis fatores de aceleração da mobilidade social no sentido estrito, ao qual pretendo ater-me, para não dilatar excessivamente o tema da presente comunicação.

FATORES DE MOBILIDADE SOCIAL

Entre os fatores de mobilidade social, pode-se distinguir os de ordem individual e os de ordem social.

Os fatores de ordem individual resumem-se nos recursos humanos, especialmente de natureza psicológica, de que dispõe cada indivíduo para o processo mobilizatório: maior ou menor capacidade criativa, maior ou menor tenacidade de propósitos, mais ou menos intenso grau de motivação. São fatores decisivos, porém, fortemente condicionados pelos fatores de ordem social. Sem fatores sociais propícios, os fatores individuais são responsáveis quase que exclusivamente por casos excepcionais. Milhões de valores humanos nunca se atualizaram, nunca revelaram suas potencialidades, soterrados sob o peso de estruturas sociais adversas. Desses imensos valores perdidos só suspeitamos a existência através dos casos excepcionais que conseguiram vencer. Não é fácil a uma criança enjeitada anonimamente na porta de uma casa, como Diogo Antônio Feijó, chegar a Regente de um Império.

Esses fatores, entretanto, são decisivos. É o que se pode comprovar com o caso, hoje não muito raro, de sistemas sociais que chegaram a alto grau de permeabilidade social e nos quais se podem observar índices alarmantes de degradação social. Tudo se passa como se os indivíduos, talvez por falta de estímulos competitivos, perdessem em teor de motivação e se largassem à deriva de uma vida sem sentido e acabassem por soçobrar no vício e no suicídio.

Fixo minha atenção nos fatores de ordem social, entre os quais cabe ainda a distinção entre os de natureza estrutural e os de natureza conjuntural.

O fator básico da mobilidade social é, sem dúvida, de natureza estrutural e consiste na própria permeabilidade das estruturas de um determinado sistema social. Trata-se portanto de um fator intra-sistêmico. A mobilidade social, por si mesma, não questiona o sistema dentro do qual se processa. Ela é observável dentro de sistemas de tipo socialista.

O ritmo da mobilidade social é condicionado pela rigidez estrutural e pelo Índice de viscosidade social. A primeira é entendida mais como um fenômeno que pesa de cima para baixo. É o esclerosamento da permeabilidade dos estratos superiores bloqueando os impulsos que vêm das bases. A viscosidade social é entendida mais como fenômeno que se faz sentir de baixo para cima, colando os contingentes humanos ao próprio meio e impedindo sua emergência para estratos superiores.

O exemplo típico de viscosidade social, denunciado aliás por inúmeros sociólogos, é o fenômeno de uma mentalidade coletiva impregnada de fatalismo, pela qual o homem se julga incapaz de se posicionar como sujeito de sua própria história e construtor de seu-próprio futuro.

A situação de depressão e de estagnação em que está imerso se lhe afigura com a força de um destino inexorável. Ele se sente preso ao chão, como o foram seus antepassados e como serão seus descendentes, em cujos olhos tristes se reflete já a aceitação resignada da própria condição. Quantas vezes uma concepção distorcida da Providência Divina veio consolidar essa mentalidade e dar-lhe respeitabilidade teológica!

As estruturas sociais de um determinado sistema podem chegar a tal ponto de rigidez que acabam por provocar a implosão do próprio sistema. Tais casos não são freqüentes, mas são identificáveis nas duas grandes revoluções da história do ocidente: a revolução liberal dos fins do século XVIII, que teve seu epicentro sísmico na França, e a revolução socialista do início do século XX, com seu epicentro na Rússia.

No primeiro caso, as estruturas do antigo regime, dominado pela nobreza e pelo clero, comprimiam nas bases uma burguesia, com alto potencial de motivação ascensional, impulsionada pela descoberta das possibilidades ilimitadas que lhe eram oferecidas pela racionalidade técnica. A incapacidade dos estratos superiores de questionarem sua própria visão da imutabilidade da ordem social e da natureza inegável dos próprios privilégios, levou ao paroxismo as pressões provindas do *tiers-état*.

A impermeabilidade das estruturas levou à implosão do sistema.

No segundo caso, a burguesia instalada exerceu sobre o proletariado emergente as mesmas pressões que sofrera dos estratos superiores, com o mesmo resultado implosivo.

Observo, entretanto, que não é esse o caso mais freqüente, ou seja, é mais raro o caso das estruturas sociais atingirem essa rigidez tetânica. O que se observa com mais freqüência é o caso caracterizável como uma situação de injustiça estrutu-

ral. Estou consciente de estar passando, nesse momento, do campo sociológico para o campo da reflexão ética.

A situação de injustiça estrutural se caracteriza por uma mobilidade consentida na medida necessária para evitar a implosão do sistema, ou para não ameaçar perigosamente a sua estabilidade. As experiências revolucionárias foram sempre traumatizantes.

Os sistemas modernos em geral aprenderam dessas experiências uma certa solércia política que mobiliza os recursos de uma engenharia social destinada a esvaziar as pressões causadas pela lentidão do ritmo da mobilidade social. Não se elimina, contudo, assim, a situação de injustiça estrutural acima referida. O que caracteriza essa situação é precisamente o fato do controle exercido por uma minoria que acumula poder e recursos sobre uma maioria com baixo nível de participação. Uma tal situação se recusa a desobstruir os canais que possibilitariam uma aceleração da mobilidade, cujo desfecho seria exatamente a eliminação da injustiça estrutural, favorável à minoria. Entre esses canais, enumeram-se principalmente: uma vigorosa política social tendente a garantir a igualdade inicial de *chances*; a ativação dos mecanismos indispensáveis para a captação e promoção dos recursos humanos da própria comunidade nacional e, enfim, a observância das regras de uma competitividade fundada no valor real e não no *status* ou no nível de consumo dos concorrentes.

Quero aqui fazer uma observação que reputo grave: sem a abertura desses canais, não é possível superar a condição de subdesenvolvimento. Nenhum país pode desenvolver-se permitindo-se o luxo do desperdício de imensos recursos humanos de valores reais acarretado pela obstrução da mobilidade social. Introjeta-se na comunidade nacional o confronto entre a maioria subdesenvolvida e a minoria sofisticada, as oligarquias herodianas, cujos interesses estão vinculados a processos exógenos. Mantém-se a disfuncionalidade de um regime de elites cujo crescimento não redunde em benefício da nação.

Bem sei que minha observação vai de encontro a uma concepção economicista que privilegia de modo quase exclusivo a acumulação de excedentes como fator de desenvolvimento e subestima os fatores atitudinais e motivacionais, que para mim parecem decisivos. Tutelada pelas tecnocracias oficiais, a concepção economicista tinha o direito de louvar-se em sua alta racionalidade. Não tem contudo o direito de acusar de lirismo irresponsável outras concepções, especialmente hoje, quando a humanidade começa a se dar conta dos impasses dramaticamente irracionais a que foi conduzida por tecnocracias cujo critério supremo era a eficácia racional.

Os fatores de natureza conjuntural, aos quais aludia acima, funcionam mais como aceleradores ou desativadores da mobilidade social, que depende decisivamente dos fatores estruturais.

As fases históricas de conflitos aceleram, em geral, a mobilidade social. Pelo fato mesmo de sacudirem as estruturas vigentes, elas abrem rachaduras por onde emergem lideranças insuspeitadas. Da mesma forma, a intensificação de movimentos

migratórios tende a acelerar a mobilidade vertical, especialmente quando assumem o sentido do êxodo rural. Os contingentes humanos injetados nos circuitos urbanos entram num espaço desconhecido de motivação e de competição. As migrações internas atuam, dentro de uma geração, como redutores da natalidade e colocam os migrantes sob a sedução de novos valores, reais ou fictícios, que estimulam energias longo tempo contidas pelo fatalismo ancestral. Os momentos históricos marcados pela descoberta de novos símbolos sociais também coincidem com a aceleração da mobilidade. Foi o caso dos grandes símbolos do progresso no século XIX e do desenvolvimento no século XX.

Por outro lado, porém, os povos podem passar também por longos períodos de estagnação, confundida por vezes com a própria ordem natural, que se caracterizam pela extrema lentidão dos processos de mobilidade social.

A mobilidade social no Brasil

Com os instrumentos conceituais elaborados na primeira parte dessa comunicação, proponho-me agora voltar a reflexão para uma tentativa de análise da realidade brasileira. Desenvolvo essa reflexão em três momentos: o primeiro voltado para uma rápida visão retrospectiva, o segundo focalizando a atualidade e o terceiro abrindo uma abertura prospectiva.

Visão retrospectiva

As estruturas sociais brasileiras revelaram uma extraordinária estabilidade. As estruturas políticas do Brasil ensaiaram uma certa variedade de modelos. Tivemos uma monarquia constitucional, em regime parlamentarista, adotamos um sistema republicano, no tipo presidencialista, sob o signo da democracia, que no império ainda era confundida com anarquia e demagogia, e, enquanto se sucediam as constituições, atravessamos dois períodos quase simétricos de três lustros de regime de exceção, sem aludir à breve experiência de parlamentarismo republicano. Do mesmo modo, nosso modelo econômico evoluiu, dentro de margens apertadas de opção impostas pelo subdesenvolvimento. Modelos inicialmente liberais, incorporam elementos de remota origem socialista, como interferência governamental nos mecanismos de mercado, planos bienais, planejamento centralizado da economia. De um modelo exportador de matérias-primas, o País passou à substituição de importações, depois a iniciar seu processo de industrialização e agora tenta diversificar suas exportações, buscando menor dependência das economias centrais.

O estranho é que através de todos esses avatares do modelo político e toda a evolução do processo econômico, as estruturas sociais brasileiras mantiveram-se em surpreendente estabilidade, mantiveram-se bastante idênticas a si mesmas, durante o longo período que nos separa da condição colonial. Houve evidentemente uma radical transformação, do ponto de vista do Direito, com relação a um sistema que até 1888 funcionava à base de um regime de escravatura. Hoje todos são iguais

perante a lei e as formas clamorosas de exploração recebem um veemente repúdio da opinião pública. Houve também significativos progressos, por exemplo, no campo previdenciário, que se traduzem em corretivos assistenciais à dureza mesma das estruturas sociais. Mas estas, não juridicamente, mas de fato, conservam um perfil que evoca muito a arquitetura social do antigo regime. Não creio que as categorias da dialética marxista sejam adequadas para analisar a especificidade de nossas estruturas sociais atuais, tanto mais quando o uso dessas categorias conduz inevitavelmente à consequência lógica da luta de classe como única solução, e não vejo nenhum dos eventos maiores da história humana nos últimos 50 anos que tenha tido sua origem na luta de classes. Creio que a categoria de participação, referida na primeira parte, permite chegar a uma radiografia bastante fiel de nossa arquitetura social. Todos participam de um projeto comum de desenvolvimento. Mas os níveis e as formas de participação é que variam consideravelmente. Uns participam ditando as regras do jogo, outros participam submetendo-se a essas regras. Nelas se incluem as condições e a remuneração do trabalho e as normas do rateio dos resultados do esforço comum. Como consequência, uns têm acesso ao consumo de bens e serviços desde os aprazíveis até os escandalosos; outros sobrevivem com o mínimo, isto é, têm acesso aos bens e serviços necessários a sua subsistência e reprodução, sem que entraria em colapso o próprio sistema. Se atentarmos bem, percebemos que a organização da sociedade foi pensada para garantir a satisfação dos interesses e manutenção dos privilégios, incluindo nesta organização: as prioridades econômicas, a representatividade política, a administração da justiça, os serviços de crédito, o sistema escolar, o planejamento da cidade e de suas relações com o campo.

Por outras palavras, a mobilidade social era controlada de cima para baixo, era uma mobilidade consentida, caracterizando uma situação de injustiça estrutural. Não temos a ingenuidade de imaginar que esse consentimento era dosado por deliberação de um organismo secreto cuja função maquiavélica seria manter discretamente a situação de injustiça. Esta era o resultado dos valores que dominavam a sociedade e que inspiravam opções concretas, privilegiando determinadas prioridades em favor de determinados estratos sociais. Seja-me permitido exemplificar aqui com o caso concreto dos escravos libertos. Seu estatuto jurídico mudou radicalmente com o 13 de Maio, mas praticamente pouco ou nada foi feito, de fato, para promover sua mobilidade social. É corrente a afirmação de que não existe no Brasil o problema racial e ela tem um fundamento de verdade, a evidente cordialidade de relações entre os grupos étnicos que propiciou aliás um processo intenso de miscigenação. A não existência, entretanto, de um problema racial entre nós, não deve alimentar a ilusão de que não exista um problema de segregação racial, não jurídico, não deliberado, mas real e demonstrável. Não há dúvida de que nos sedimentos mais baixos da escala profissional e social observa-se uma frequência bem maior de elementos de cor e, à medida que se sobe nessa escala, esses elementos escasseiam. O fenômeno é observável não só nas suas dimensões globais, como ainda nos diversos ramos que constituem a escala profissional, inclusive na hierarquia da Igreja católica, que, no início do século não tinha 30 bispos, possuía um bispo negro e, hoje, quando tem quase 300, também só possui um bispo de cor.

A realidade atual

A lentidão da mobilidade social no passado foi a responsável pela situação herdada pelo presente da alta taxa de marginalização que ainda caracteriza a nossa estrutura social, isto é, do grande contingente proporcional de brasileiros que vivem à margem, com escassas possibilidades de participação na vida política, social, econômica e cultural da nação.

Creio que se pode situar nos inícios da década dos anos 50 o início de uma fase de aceleração de nossa mobilidade social, sob o impacto da descoberta do novo símbolo social do desenvolvimento. É certo que algo de novo começa então, um tanto atabalhoadamente, sob impulso dado ao desenvolvimento nacional, entendido aliás quase que exclusivamente em termos de crescimento industrial com a implantação da indústria naval e automobilística, a expansão rodoviária, o deslocamento do epicentro demográfico para o interior com a fundação de Brasília e a conseqüente aceleração dos movimentos migratórios. Esse algo novo foi a emergência do fenômeno que bastante confusamente se chamou de populismo. Foi um momento de intensa mobilidade social, com a emergência de novas lideranças, momento que uma interpretação, a meu ver discutível, reduz à preparação da instauração de uma república sindicalista no Brasil.

Sem negar a ocorrência dessas intenções em alguns líderes um tanto desviados, o processo, a meu ver, tinha maior grandeza e o que lhe faltou foi precisamente uma liderança lúcida que, em vez de, por inépcia, encaminhá-lo para o caos político, econômico e social, tivesse orientado o seu dinamismo no sentido de uma autêntica abertura democrática.

Se o regime instaurado em 64 teve uma ação seletiva sobre as lideranças, não creio que tenha desacelerado o processo de mobilidade social: ao contrário, com alguns dos corretivos introduzidos no modelo, considero que tenha contribuído para manter o ritmo, não obstante o incremento vegetativo da população.

O fato é que, a esta altura, a sociedade brasileira já entrava num novo signo social, o qual se, por um lado, cria novos e poderosos estímulos à mobilidade social, pode, por outro, levar a sociedade a um impasse, cujos primeiros efeitos inibidores já começamos a sentir. Refiro-me ao signo do consumismo.

Entramos num tipo de sociedade cujos mecanismos econômicos só podem manter sua estabilidade mediante uma permanente aceleração do consumo. Consumir sempre mais é condição de estabilidade do modelo, em permanente equilíbrio dinâmico, tal como o modelo da bicicleta: se perde velocidade, perde estabilidade, e pára, cai. Para garantir a aceleração, o modelo recorre a um intenso e sofisticado processo promocional que consiste numa verdadeira manipulação publicitária do povo. Vivemos num espaço cultural bombardeado de solicitações e estímulo a novas formas de consumo. O efeito demonstrativo desse estímulo atua como um incentivo a um movimento ascensional de mobilidade. O processo chega a atingir níveis de uma espécie de perversão ética: em tal sociedade o *status* não se define por valores morais e profissionais, mas pelo nível de consumo. Perverte-se assim a lealdade da

competição social, porque aqueles que têm mais gozam de maiores *chances* de ter sempre mais ainda.

Mais ou menos claramente, contudo, todos começamos a pressentir que nessa corrida acelerada a um consumismo crescente se vai tornando insuportável, especialmente num País ameaçado pela inflação. As razões são óbvias. Essa corrida gera distorções graves, distorções no perfil da oferta global: enquanto mobiliza recursos para atender à demanda sofisticada, revela excessivas deficiências para responder à demanda de necessidades básicas. Enquanto temos uma grande variedade de TV a cores e de modelos automobilísticos, não conseguimos garantir o abastecimento de produtos básicos. Note-se que o fenômeno agora não afeta apenas a classe operária, mas atinge cada vez maiores estratos da classe média, que foi sempre o fator de maior estabilidade social.

Por outro lado, a publicidade consumista gera, no grande espectador anônimo por ela atingida, um potencial de insatisfações e de frustrações que é, com certeza, a fonte da situação conflitual quase generalizada que ora atravessamos. Os protagonistas desse conflito não formam em arraiais de fronteiras definidas. Não é, por exemplo, um afrontamento de classes, prenunciando uma revolução social. É uma situação de frustrações e conflitos difusos, questionando o próprio tipo de cultura em cujo impasse estamos entrando.

Uma das conseqüências mais sérias da situação que focalizo reside no seguinte fato: os centros urbanos, especialmente as megalópolis, que foram sempre os espaços de mais intensa mobilidade ascensional, começam a inverter o processo e a se tornar fatores de degradação social, de marginalização e de criminalidade. Vivemos em cidades sitiadas por cinturões de pobreza agitada pela febre do consumismo a qualquer preço. Os recintos indepassíveis de tranqüila fruição de refinados bens e serviços são ilusões televisionadas.

Dentro do clima consumista, a grande cidade se revela cada vez mais incapaz de resolver seus problemas básicos de habitação, saneamento, transportes. Enquanto o volume total de recursos absorvidos no consumismo privatista for incomparavelmente maior que o investido no atendimento às necessidades públicas, não haverá solução para as megalópolis, que são a experiência aguda do impasse acima denunciado.

Visão prospectiva

O processo de mobilidade social no Brasil já adquiriu um ritmo tal que o torna felizmente irreversível.

Se são válidas as análises precedentes, duas conseqüências delas decorrem. Primeira: importa manter e mesmo acelerar o ritmo de nossa mobilidade social; segunda, reorientá-lo segundo vetores diferentes.

Não é possível bloquear o impulso da mobilidade social. A experiência histórica constitui advertência bastante inequívoca dos riscos do enrijecimento das es-

estruturas sociais necessárias a este bloqueio. É necessário, assim, manter a flexibilidade dessa estrutura e desenvolver os dissolventes da viscosidade social. Reporto-me aqui às condições referidas na 1ª parte. Todas implicam a urgência prioritária de investir mais no homem que nas coisas. Nenhuma análise deixa hoje de apontar para essa opção prioritária como a causa da mais rápida e mais radical experiência de modernização conhecida, na história da cultura, que foi a experiência japonesa. No Brasil mesmo, o estudioso dos recursos humanos que foi Paulo de Assis Ribeiro demonstrou, com material analítico pacientemente recolhido, que o desenvolvimento só foi possível a partir do momento em que suas linhas de expansão encontravam áreas onde havia sido atingida determinada taxa de escolarização secundária, sem a qual o desenvolvimento, como impulso endógeno e sustentado, é impossível.

Mas não é também possível que o impasse continue a ser provocado pelo consumismo insaciável.

Julgo que os esforços para reorientação da mobilidade devem ser desenvolvidos segundo determinadas linhas de ação, dentre as quais enfatizo algumas.

Incentivo aos investimentos destinados a responderem à satisfação de necessidades básicas.

Estímulo à maior participação nos processos decisórios em todos os níveis, de maneira a transformar os programas em projetos. O programa desce da estratostera tecnocrática com um teor de racionalidade exotérica suficiente para não ser entendido pelas bases e para encontrar sempre uma explicação mais sofisticada aos próprios eventuais fracassos. O programa supõe e consolida uma sociedade de espetáculo, na qual a comunidade nacional é reduzida à condição de espectadora passiva do desempenho das tecnocracias oficiais. O projeto, como resultado de um processo participativo, é assumido. Só um povo que participa tem condições de assumir com dignidade os sacrifícios dele exigidos.

Incentivo aos investimentos a melhorar a qualidade da vida, maiores do que os tendentes a estimular as formas solitárias de consumo. Queiramos ou não, encontramos-nos diante de um desafio que me parece já agora inevitável: é urgente descobrir novas formas de realização humana a baixos custos ecológicos e a menores taxas de consumo. Talvez esse desafio deva constituir o critério decisivo de um projeto nacional capaz de dar ao desenvolvimento brasileiro uma originalidade inconfundível e um valor de antecipação na crise que aflige a cultura contemporânea.

CONCLUSÃO

A crise a que acabo de aludir pode-se definir bem como a crise de uma civilização que sabe cada vez mais como fazer as coisas e sabe cada vez menos por que fazer as coisas. Façanhas foram realizadas que abrem esse crepúsculo de século e de milênio para o horizonte do pré-utópico. Mas à euforia do deslumbramento primeiro sucede agora a perplexidade. A humanidade sente-se atônita diante de uma imensa interrogação: por que ela chegou até a lua, enquanto milhões de seus membros

são corroídos pela fome? Por que ela acumula um tão imenso potencial armamentista para a morte, quando tanto ainda é necessário fazer para a vida? Por que ela permitiu a escalada predatória a seu solitário planeta azul, quando ele ainda lhe oferecia tantas belezas gratuitas? Por quê?

Meus Senhores, o futuro não se prevê, se cria. O futuro, que por definição é aquilo que ainda não é, não se encontra no prolongamento de laboriosas e frágeis projeções futuroológicas. Ele será o resultado de um pequeno número de possíveis que agora decidimos assumir. Longe de mim subestimar a utilidade das projeções estatísticas e das indagações prospectivas. Elas se apóiam precisamente nesses possíveis e nessas tendências latentes na realidade, bastante determinadas para fundar a previsão científica mas não determinísticas para bloquear a criatividade. Mas elas se reduziriam a meros exercícios mentais elegantes, se não fossem transformadas em opções, em projetos dessa criatividade.

É isso que há de empolgante na atual realidade brasileira. Preenhe de potencialidades e gozando ainda de suficiente versatilidade para definir o seu próprio modelo, ela pode aceitar o desafio das indagações essenciais, da interpelação dos porquês radicais. Em função deles ela ainda pode não capitular diante da grandeza de criar o seu próprio futuro.

Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em maio de 1979.